



RELACI – 3.2.24 (PMA)

RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO ÓRGÃO CENTRAL DE CONTROLE INTERNO

Emitente: Unidade Central de Controle Interno

Unidade Gestora: Prefeitura Municipal de Alegre – ES

Gestor responsável: Nemrod Emerick

Exercício: 2023

1. INTRODUÇÃO

A Unidade Central de Controle Interno elaborou o **Plano Anual de Atividades (PAA)** e o **Plano Anual de Auditoria Interna (PAAI)**, para o exercício de 2023, no dia 24/02/2023, o qual foi enviado ao Chefe do Poder Executivo e, posteriormente, aprovado, tendo como destaque a realização de auditorias nas unidades administrativas da Prefeitura Municipal de Alegre, bem como em suas Autarquias, conforme Lei nº 3.582/2020, assim como nas normas específicas do TCE-ES (Instrução Normativa nº 68/2020 e Resolução nº 227/2011).

No entanto, a execução das atividades da UCCI, no exercício de 2023, foi prejudicada devido ao baixo quantitativo de servidores, conforme demonstrado no quadro de pessoal abaixo.

Além disso, surgiram novas demandas, como atendimentos às notificações dos órgãos de controle externo, especialmente do TCE-ES (ações de controle interno, transparência nos recursos públicos, recomendações quanto às novas legislações, etc.).

1.1. Quadro de Pessoal da Unidade Central de Controle Interno

No exercício de 2023 para as atividades da UCCI foram disponibilizados 04 (quatro) servidores municipais, conforme abaixo:

Cargos	2023	Decreto de nomeação	Data da nomeação
Controlador Geral do Município	01	11.581/2020	01/04/2020
Superintendente de Controle Interno	01	12.233/2021	01/06/2021
Diretoria de Normatização e Gestão de Resultados	01	N/A	N/A
Superintendente de Ouvidoria e Participação Social	01	11.678/2020	01/04/2020
Diretoria de Integridade e Transparência	01	12.973/2023	02/03/2023



Ressaltamos que a organização administrativa do Município de Alegre adota a técnica da divisão de sua administração pública em administração direta (composta de órgãos públicos despersonalizados) e administração indireta (composta de entidades jurídicas dotadas de personalidade jurídica própria), através do processo da desconcentração e da descentralização administrativa.

Com isso, no âmbito do Poder Executivo Municipal, existem 04 (quatro) Unidades Gestoras, são elas: 1- Prefeitura Municipal de Alegre; 2- Fundo Municipal de Assistência Social; 3- Fundo Municipal de Educação; e, 4- Fundo Municipal de Saúde, assim como outras 03 (três) Autarquias Municipais, quais sejam: 1- Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Alegre (FAFIA); 2- Instituto de Previdência e Assistência do Município de Alegre (IPASMA); e, 3- Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Alegre (SAAE).

Sendo assim, a UCCI é responsável por exercer o controle interno em 07 (sete) unidades, contando com poucos servidores, bem como de emitir, neste momento, o total de 15 (quinze) relatórios de controle interno (RELACI, RELOCI e RELUCI) e 07 (sete) arquivos estruturados (INFOCI), o que se mostra completamente desproporcional, já que o trabalho exigido é superior à mão de obra disponibilizada.

2. ATIVIDADES REALIZADAS NO EXERCÍCIO DE 2023

2.1. Plano Anual de Atividades – PAA 2023

- Controlador Geral do Município – CGM

Controladoria Geral do Município			
Atividade	Objeto	Tema Central	Tipo de Ação
01	Demandas Internas	Análises de demandas internas	1. Análises de demandas por solicitação do Exmo. Prefeito ou dos Ordenadores de Despesas, podendo resultar em abertura de trabalhos específicos de auditoria; 2. Análises de processos, por solicitação do Exmo. Prefeito ou dos Ordenadores de Despesas, com emissão de parecer técnico, a fim de subsidiar na tomada de decisão; 3. Orientações aos técnicos das UG's em demandas pontuais, com estudos técnicos.
02	Demandas Externas (TCE, MP, MPC, CGU e TCU)	Análises de demandas externas	1. Atendimento às notificações e citações dos Órgãos de Controle Externo; 2. Diligências às solicitações do TCE-ES em relação ao Exmo. Prefeito ou aos Ordenadores de Despesas; 3. Atendimento às demandas do MP-ES e do MPC-ES; 4. Acompanhamento de prazos das solicitações dos Órgãos de Controle Externo (TCE-ES, MP-ES, MPC-ES, CGU e TCU);



			5. Atendimento e acompanhamento às determinações e recomendações do TCE-ES, cujo resultado da ação será ponto de análise da PCA.
03	Outras Demandas	PAA	1. Acompanhamento da execução do PAA.
04	Prestação de Contas Anuais	PCA	1. Elaboração dos Relatórios e pareceres conclusivos (RELACI, RELUCI e INFOCI) sobre as contas anuais de gestão; 2. Elaboração do Relatório e parecer conclusivo sobre as contas de Prefeito (RELOCI, RELACI e INFOCI).
05	Prestação de Contas Mensal	PCM	1. Homologação do Rol de Responsáveis.
06	Tomada de Contas Especial	TCE	1. Controle e instituição de prazos; 2. Elaboração de parecer conclusivo (IN 32/2014 TCE-ES).
07	Auditorias	PAAI	1. Acompanhamento da execução do PAAI.

- Superintendência de Controle Interno – SCI

Superintendência de Controle Interno			
Atividade	Objeto	Tema Central	Tipo de Ação
01	Monitoramento e Fiscalização dos Instrumentos de Planejamento (PPA, LDO e LOA)	Anual	1. Verificar a correta apresentação dos Instrumentos em face às exigências legais (prazos e transparência).
02	Relatórios de Execução Orçamentária – RREO	Bimestral	1. Monitorar atendimento de prazos.
03	Relatórios de Gestão Fiscal – RGF	Quadrimestral / Semestral	1. Monitorar atendimento de prazos; 2. Fiscalização da gestão fiscal (controle da despesa com pessoal, informando imediatamente ao Prefeito Municipal, caso constatado descumprimento dos limites previstos na LRF).
04	Outras Demandas	PAA	1. Execução do PAA.
05	Auditorias	PAAI	1. Execução do PAAI.
06	Ações de Integridade	Revisão de Normas de controle interno (Res. 227/2011 TCE-ES) Metodologias ágeis no contexto da administração pública	1. Revisão de normas já existentes e elaboração de outras por demanda das Secretarias; 2. Reuniões de orientação às Secretarias para elaboração e/ou atualização das normas; 3. Estudo de viabilidade para aplicação de Metodologias ágeis no contexto da administração pública.

- Superintendência de Ouvidoria e Participação Social – SOPS

Superintendência de Ouvidoria e Participação Social			
Atividade	Objeto	Tema Central	Tipo de Ação
01	Ações de Transparência / Controle Social	Portal Transparência	1. Monitoramento da inserção das informações, com a elaboração e aplicação de Checklist; 2. Notificação às Secretarias para atendimento de maneira imediata; 3. Se a situação da Secretaria permanecer inalterada, realizar reunião com os agentes envolvidos, na qual serão estabelecidos prazos para regularização da situação;



			<p>4. Orientações aos técnicos das Secretarias para inserção das informações;</p> <p>5. Solicitação de aperfeiçoamento do Portal junto à empresa contratada, conforme demandas dos órgãos de controle externo;</p> <p>6. Monitoramento da inserção das informações atualizadas por parte das Secretarias;</p> <p>7. Notificação às Secretarias envolvidas para atendimento aos quesitos de transparência exigidos pelos órgãos de controle.</p>
02	Ações de Transparência / Controle Social	Ouvidoria Municipal	<p>1. Monitoramento dos prazos de atendimento e solicitações via Sistema;</p> <p>2. Atendimento ao cidadão presencial, via telefone e via Plataforma Fala.BR;</p> <p>3. Auxílio na resolução de demandas junto às Secretarias;</p> <p>4. Elaboração dos seguintes relatórios: Estatístico de Ouvidoria e Estatístico do e-Sic (com ampla publicidade).</p>
03	Ações de Integridade	Programa TIME Brasil – CGU Programa Nacional de Prevenção à Corrupção – TCU	<p>1. Coordenar as atividades relacionadas aos Programas TIME Brasil (CGU) e PNPC (TCU).</p>

2.1.1. Atividades em Destaque – PAA 2023

2.1.2. Acompanhamento do Processo de Prestação de Contas

2.1.3. Prestação de Contas Mensal – PCM (2023)

A UCCI atua no monitoramento do envio da Prestação de Contas Mensal (PCM) ao Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCE-ES),¹ além de ser responsável por informar à Corte o rol de responsáveis das Unidades Gestoras, por meio do sistema CidadES.

Para isso, é realizado um intenso trabalho de acompanhamento quanto aos prazos estabelecidos no Calendário de Obrigações do TCE-ES para o lançamento das informações contábeis, patrimoniais, orçamentárias e de controle no sistema CidadES.

Situação do envio de remessas ao TCE-ES – PMA Exercício de 2023	
Janeiro	Remessa homologada em 06/03/2023
Fevereiro	Remessa homologada em 14/03/2023
Março	Remessa homologada em 20/04/2023
Abril	Remessa homologada em 15/05/2023

¹ Remessa e processamento dos dados referentes à abertura do exercício e às prestações de contas mensais dos jurisdicionados. Seguindo as datas determinadas pelo TCE-ES, o gestor deve lhe encaminhar as peças de planejamento (PPA, LDO e LOA), suas atualizações, além das informações contábeis, patrimoniais, orçamentárias e de controle.



Maio	Remessa homologada em 14/06/2023
Junho	Remessa homologada em 14/07/2023
Julho	Remessa homologada em 11/08/2023
Agosto	Remessa homologada em 15/09/2023
Setembro	Remessa homologada em 11/10/2023
Outubro	Remessa homologada em 14/11/2023
Novembro	Remessa homologada em 15/12/2023
Dezembro	Remessa homologada em 22/02/2024

Para o exercício de 2023 não há remessas pendentes de dados de PCM junto ao TCE-ES.

2.1.4. Prestação de Contas Anual – PCA (2023)

A UCCI, conforme determina a Lei nº 3.582/2020, e normas específicas do TCE-ES (Instrução Normativa nº 68/2020 e Resolução nº 227/2011), é responsável por emitir parecer conclusivo sobre as contas anuais prestadas pela Prefeitura Municipal, Unidades Gestoras e Autarquias Municipais.²

No primeiro trimestre do exercício de 2024 a UCCI examinou, conforme a competência e formação acadêmica do seu quadro de pessoal, os documentos que compõe a Prestação de Contas Anual (PCA) da Prefeitura Municipal, bem como das Unidades Gestoras e das Autarquias Municipais, relativo ao exercício de 2023, resultando na emissão de 15 (quinze) relatórios de controle interno e 07 (sete) arquivos estruturados.

O objetivo foi de apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional, conforme determina o artigo 74, inciso IV, da Constituição Federal, bem como avaliar os resultados, quanto à eficácia, eficiência e economicidade na gestão orçamentária, financeira, patrimonial e operacional da Prefeitura Municipal de Alegre.

2.1.5. Relatório Resumido da Execução Orçamentária e Relatório de Gestão Fiscal (RREO e RGF – 2023)

O **Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO)** ajuda a compreender a situação fiscal do município, com dados sobre a execução orçamentária da receita e da despesa. A publicação do RREO é exigência da Constituição Federal prevista em seu artigo

² Conjunto de demonstrativos, documentos e informações de natureza contábil, financeira, orçamentária, patrimonial e operacional que permita a emissão de parecer prévio avaliando a gestão política do Chefe do Poder Executivo ou o julgamento, manifestado por meio de acórdão, sobre as contas dos ordenadores de despesas.



165, §3º, e as normas para sua elaboração e publicação foram estabelecidas pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

O **Relatório de Gestão Fiscal (RGF)** é um dos instrumentos de transparência da gestão fiscal criados pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). O RGF objetiva o controle, o monitoramento e a publicidade do cumprimento dos limites estabelecidos pela LRF: despesas com pessoal, dívida consolidada líquida, concessão de garantias e contratação de operações de crédito.

Vale ressaltar a existência de prazos para a emissão e publicação dos supramencionados instrumentos de transparência da gestão fiscal, quais sejam:

INSTRUMENTO DE TRANSPARÊNCIA DA GESTÃO FISCAL	PERÍODO	PRAZO LIMITE PARA PUBLICAÇÃO	FUNDAMENTAÇÃO LEGAL
RREO	1º Bimestre	30 de março	Art. 52 da LRF
	2º Bimestre	30 de maio	
	3º Bimestre	30 de julho	
	4º Bimestre	30 de setembro	
	5º Bimestre	30 de novembro	
	6º Bimestre	30 de janeiro do exercício seguinte	
RGF	1º Quadrimestre	30 de maio	Art. 55, § 2º c/c 63, II, "b", da LRF
	1º Semestre*	30 de julho	
	2º Quadrimestre	30 de setembro	
	3º Quadrimestre	30 de janeiro do exercício seguinte	
	2º Semestre*	30 de janeiro do exercício seguinte	

*Municípios com população inferior a cinquenta mil habitantes que optarem por divulgar **semestralmente** o Relatório de Gestão Fiscal, nos termos do art. 63 da LRF.

A UCCI Interno promoveu, diligentemente, alertas periódicos à Secretaria Executiva de Finanças e Planejamento (SEFIP) para a observância dos prazos de publicação dos relatórios em questão, cumprindo, assim, as funções descritas no artigo 70 da Lei Orgânica Municipal.

2.1.6. Instrumentos de Planejamento – PPA, LDO e LOA (2023)

Como marco inicial, foi encaminhado o OFÍCIO Nº 114/2023 - UCCI / GAB / SEFIP, com data de 15/06/2023, direcionado ao Prefeito Municipal e, também, ao Secretário Executivo de Finanças e Planejamento, indicando o prazo para devolução e sanção do projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) do exercício financeiro de 2024 ao legislativo municipal, qual seja, 30/06/2023.

Agindo de forma diligente, o Executivo Municipal sancionou o Projeto de Lei nº 020/2023 no dia 28/06/2023, tornando-se a Lei Municipal nº 3.786/2023, a qual sofreu alterações posteriores por meio da Lei Municipal nº 3.815, de 26 de outubro de 2023.



Quanto à Lei Orçamentária Anual (LOA), a UCCI encaminhou o OFÍCIO Nº 179/2023 - UCCI / GAB / SEFIP, com data de 15/09/2023, alertando sobre o dever de encaminhar, ao legislativo municipal, o projeto de lei estimando a receita e fixando as despesas para o exercício de 2024, cujo prazo encerrou em 30/09/2023, sendo devidamente cumprido por meio do Projeto de Lei nº 041/2023, encaminhado para a Câmara dos Vereadores no dia 29/09/2023.

Por fim, no que tange a devolução e sanção da retromencionada lei orçamentária, foi encaminhado, por esta UCCI, o OFÍCIO Nº 232/2023 - UCCI / GAB / SEFIP, com data de 04/12/2023, alertando sobre o prazo do dia 20/12/2023, o qual foi devidamente observado, sendo a Lei nº 3.821/2023 sancionada no dia 08/12/2023.

Infere-se, assim, que o Executivo Municipal observou diligentemente os prazos previamente estabelecidos, sancionando a contento as supramencionadas leis que dispõem sobre os imprescindíveis instrumentos de planejamento orçamentário.

Assim agindo, a UCCI cumpriu seu papel monitorando e fiscalizando as atividades voltadas aos instrumentos de planejamento, não havendo nada mais a ser realizado a respeito.

2.1.7. Revisão de Normas de Controle Interno (Resolução nº 227/2011) e Aplicação de Metodologias Ágeis

A normatização ou revisão das instruções normativas existentes demandam considerável tempo e disponibilidade não apenas da UCCI, mas, também, dos demais setores envolvidos. Tempo este que foi comprometido em razão de diversas determinações do TCE-ES para a instauração de procedimentos visando a apuração e ressarcimento de eventuais danos ao erário, sendo tais procedimentos denominados de Tomada de Contas Especial.

No âmbito da Prefeitura Municipal de Alegre existem 11 (onze) Tomadas de Contas Especiais em tramitação, sendo 3 (três) delas em relação à atos de gestão envolvendo a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Alegre - FAFIA, e as 8 (oito) demais envolvendo assuntos previdenciários entre Prefeitura e o Instituto de Previdência e Assistência do Município de Alegre - IPASMA.

Noutro bordo, quanto a utilização de metodologia ágil no contexto da administração pública, o estudo para sua implementação foi igualmente comprometido em virtude das Tomadas de Contas Especiais citadas acima. Contudo, desde o exercício de 2022, esta UCCI faz uso do Trello, que se trata de uma ferramenta visual que possibilita, de maneira coletiva, o gerenciamento de qualquer tipo de projeto, fluxo de trabalho ou monitoramento de tarefas. Permitindo a criação de checklists, fixação de prazos, bem como a automação na organização



das atividades, otimizando o controle sobre o trabalho desempenhado na execução dos planos de atividades e auditorias estabelecidas para o exercício.

Vale, por fim, ressaltar que, no exercício de 2024, será instaurado novo procedimento para revisão de normas e estudo para aplicação de metodologia ágil no contexto da administração pública, vez que é objetivo desta UCCI promover a atualização das normas procedimentais dos demais sistemas administrativos que compõem a estrutura municipal, bem como aperfeiçoar e otimizar as atividades desenvolvidas.

2.1.8. Transparência e Acesso à Informação (2023)

2.1.9. Portal da Transparência

Durante o último ano, nossa Unidade concentrou esforços para fortalecer os mecanismos de transparência em todas as áreas de atuação. Implementamos medidas robustas de prestação de contas, garantindo que as informações pertinentes estejam disponíveis de forma clara e acessível ao público. Além disso, aprimoramos os processos de comunicação, promovendo uma maior divulgação das atividades realizadas e dos resultados alcançados.

É importante ressaltar que esses avanços não ocorreram por acaso. Eles são fruto do comprometimento e da dedicação da equipe da UCCI, que trabalhou arduamente para promover uma cultura organizacional pautada pela transparência e pela integridade.

Nossa estrutura é enxuta, mas é focada em alta performance e entregas relevantes para sociedade. Mais gastos nem sempre garantem mais entregas, como evidenciado pelo reconhecimento que segue:

- 1º lugar na Região do Caparaó e 8º lugar no Ranking Capixaba de Transparência e Governança Pública realizado pela Organização não governamental Transparência Capixaba com apoio da Transparência Internacional (TI-Brasil), com uma pontuação de 96,8 pontos;
- Selo Diamante de Qualidade em Transparência e Governança Pública realizado pelo Espírito Santo em Ação (ES em Ação);
- Selo Ouro no âmbito do Programa Nacional de Transparência Pública (PNTP) na avaliação da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon).



2.1.10. Ouvidoria Municipal (Fala.BR)

A Ouvidoria, no uso de suas atribuições, recebe, classifica, trata e responde as manifestações típicas de Ouvidoria, fixadas pela Lei nº 13.460/2017 (elogios, sugestões, solicitações, reclamações e demais pronunciamentos de usuários), conforme estabelecido na Lei Municipal nº 3.455/2021, assim como as manifestações relativas ao Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011), por meio da Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação (Fala.BR), presencialmente, na sede da UCCI, telefone ou via e-mail (ouvidoria@alegre.es.gov.br), alertando diligentemente os gestores quando identificados eventuais atrasos e inobservância dos prazos fixados nas legislações aplicáveis.

Foi implementado o Menu “Ouvidoria Municipal” no Portal da Transparência, com objetivo de reunir as competências e ações realizadas pela Ouvidoria, como a divulgação de seus relatórios, cartas de serviços, legislações, dúvidas frequentes, a fim de facilitar ao usuário o amplo acesso das informações, em homenagem aos princípios da eficiência e publicidade da administração pública.

Link: <https://alegre-es.portaltp.com.br/consultas/ouvidoria.aspx>

2.1.10.1. Relatório Estatístico Ouvidoria (2023)

Encontra-se disponível no Portal da Transparência da Prefeitura Municipal de Alegre o **Relatório Estatístico da Ouvidoria Municipal**, contendo dados relativos às atividades desenvolvidas no exercício de 2023.

Relatórios de Ouvidoria:

<https://alegre-es.portaltp.com.br/consultas/documentos.aspx?id=480>

2.1.10.2. Relatório Estatístico e-SIC (2023)

Encontra-se disponível no Portal da Transparência da Prefeitura Municipal de Alegre o **Relatório Estatístico do e-SIC**, contendo dados relativos aos pedidos de Acesso à Informação no exercício de 2023.

Relatórios do e-SIC:

<https://alegre-es.portaltp.com.br/consultas/documentos.aspx?id=39>



2.1.11. Participação em Cursos, Palestras e Treinamentos (2023)

Os servidores da UCCI participaram, durante o exercício de 2023, de cursos, palestras e treinamentos pertinentes às suas atribuições, conforme quadros abaixo:

Kassio Valadares Amorim / Controlador Geral do Município

Participação em Cursos, Palestras e Treinamentos	
Lançamento do Ranking Capixaba de Transparência e Governança Pública 2023, realizado no dia 26/05/2023	Organizado pela Transparência Capixaba com apoio do Espírito Santo em Ação e da Prefeitura Municipal de Vila Velha
Encontro Regional do FECONTEs, realizado no dia 26/06/2023	Organizado pelo Fórum Estadual de Controle Interno com apoio da Prefeitura Municipal de Cachoeiro de Itapemirim

Ronney Milanez Baldotto / Superintendente de Controle Interno

Participação em Cursos, Palestras e Treinamentos	
Lançamento do Ranking Capixaba de Transparência e Governança Pública 2023, realizado no dia 26/05/2023	Organizado pela Transparência Capixaba com apoio do Espírito Santo em Ação e da Prefeitura Municipal de Vila Velha
Encontro Regional do FECONTEs, realizado no dia 26/06/2023	Organizado pelo Fórum Estadual de Controle Interno com apoio da Prefeitura Municipal de Cachoeiro de Itapemirim

Nicolly Mendes de Paula / Superintendente de Ouvidoria e Participação Social

Participação em Cursos, Palestras e Treinamentos	
Encontro Regional do FECONTEs, realizado no dia 26/06/2023	Organizado pelo Fórum Estadual de Controle Interno com apoio da Prefeitura Municipal de Cachoeiro de Itapemirim

Poliana Dalto de Souza / Diretora de Integridade e Transparência

Participação em Cursos, Palestras e Treinamentos	
Encontro Regional do FECONTEs, realizado no dia 26/06/2023	Organizado pelo Fórum Estadual de Controle Interno com apoio da Prefeitura Municipal de Cachoeiro de Itapemirim



2.2. Plano Anual de Auditoria Interna – PAAI 2023

ATIVIDADES DE AUDITORIA PREVISTAS PARA O EXERCÍCIO DE 2023

1. Itens de abordagem prioritária

1.1. Gestão fiscal, financeira e orçamentária

Código	Ponto de controle	Base legal	Tipo de procedimento sugerido	Procedimento	Aplicável à
1.1.3	Transferência de recursos orçamentários ao Poder Legislativo.	CRFB/88, art. 168.	Conformidade (Verificação documental)	Avaliar se os recursos correspondentes às dotações orçamentárias, compreendidos os créditos suplementares e especiais, destinados aos órgãos do Poder Legislativo, foram transferidos pelo Poder Executivo até o dia 20 de cada mês, em duodécimos.	Contas de Governo

1.2. Gestão Previdenciária

1.2.2	Pagamento das obrigações previdenciárias - parte patronal	• CF/88, art. 40. • LRF, art. 69. • Lei 9.717/1998, art. 1º. • Lei 8.212/1991 • Lei Local • Regime de competência	Auditoria Governamental de conformidade	Verificar se houve o pagamento tempestivo das contribuições previdenciárias decorrentes dos encargos patronais da entidade, referentes às alíquotas normais e suplementares.	Contas de Gestão (Todas as UG's)
1.2.4	Retenção/Repasse das contribuições previdenciárias parte servidor	• CF/88, art. 40. • LRF, art. 69. • Lei 9.717/1998 art. 1º. • Lei 8.212/1991 • Lei Local	Auditoria Governamental de conformidade	Verificar se houve a retenção das contribuições previdenciárias dos servidores e o seu respectivo repasse tempestivo ao regime de previdência.	Contas de Gestão (Todas as UG's)
1.2.14	Equilíbrio financeiro e atuarial – Plano de Equacionamento	• CF/88, art. 40. • LRF, art. 69. • Lei 9.717/1998 art. 1º.	Conformidade (Verificação documental)	Avaliar, nos institutos próprios de previdência social onde for verificado desequilíbrio financeiro e atuarial, se estão sendo instituídas medidas com vistas ao reequilíbrio do regime próprio de previdência.	Contas de Governo e Contas de Gestão do RPPS

1.4. Limites constitucionais e legais

Código	Ponto de controle	Base legal	Tipo de procedimento sugerido	Procedimento	Aplicável à
1.4.1	Educação – aplicação mínima	CRFB/88, art. 212, Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 69 e Instrução Normativa TC 76/2021	Revisão analítica	Avaliar se a aplicação de recursos na manutenção e no desenvolvimento do ensino atingiu o limite de vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino. No caso dos Municípios, validar o cálculo automatizado do Demonstrativo produzido pelo sistema CidadES na PCA.	Contas de Governo
1.4.4	Saúde – aplicação mínima	CRFB/88, art. 77, inciso III, do ADCT c/c LC 141/2012, arts. 6º e 7º.	Análise Documental	Avaliar se foram aplicados, em ações e serviços públicos de saúde, recursos mínimos equivalentes a 12% e 15%, respectivamente, pelo estado e pelos municípios, da totalidade da arrecadação de impostos e das transferências que compõem a base de cálculo conforme previsto na CRFB/88 e na LC 141/2012. No caso dos Municípios, validar o cálculo automatizado	Contas de Governo



				do Demonstrativo produzido pelo sistema CidadES na PCA.	
1.4.7	Despesas com pessoal – limite	LC 101/2000, arts. 19 e 20.	Análise Documental	Avaliar quadrimestralmente (ou semestralmente, de acordo com a opção de divulgação do Município) se foram observados os limites de despesas com pessoal estabelecidos nos artigos 19 e 20 LRF. No caso dos Municípios, validar o cálculo automatizado do Demonstrativo produzido pelo sistema CidadES na PCA.	Contas de Governo Contas de Poderes
2. Itens de abordagem complementar					
2.1. Instrumentos de planejamento: Plano Plurianual - PPA, Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e Lei Orçamentária Anual – LOA					
2.1.17	Transparência na gestão	LC 101/2000, art. 48, parágrafo único.	Conformidade (Verificação documental)	Avaliar se foram realizadas audiências públicas durante o processo de elaboração e discussão dos projetos de lei do PPA, da LDO e da LOA.	Contas de Governo
2.2. Gestão fiscal, financeira e orçamentária					
2.2.14	Créditos adicionais – decreto executivo	Lei nº 4.320/1964, art. 42.	Auditoria Governamental de conformidade	Avaliar se os créditos adicionais (suplementares ou especiais) autorizados por lei foram abertos mediante edição de decreto executivo.	Contas de Governo
2.3. Gestão patrimonial					
2.3.2	Dívida pública – precatórios – pagamento	CRFB/88, art. 100 c/c Lei 9.717/1998, art. 67.	Auditoria Governamental de conformidade	Avaliar se os precatórios judiciais estão sendo objeto de pagamento, obedecidas as regras de liquidez estabelecidas na CRFB/88.	Contas de Gestão (Todas as UG's)
2.5. Gestão Previdenciária					
2.5.18	Avaliação atuarial – reavaliação anual	Art. 40 da CF/88, Lei 9.717/1998, art. 1º, inciso I e art. 69 da LRF	Conformidade (Verificação documental)	Avaliar se o Regime Próprio de Previdência Social realizou em cada balanço a reavaliação do seu plano de custeio/benefícios e a verificação da manutenção do equilíbrio financeiro e atuarial do RPPS.	Contas de Gestão do RPPS
2.5.25	Recadastramento dos inativos e pensionistas	Lei Federal 10.887/2004, em seu art. 9º, inciso II. Portaria MPS 403/2008, arts. 12 a 14.	Auditoria Governamental de conformidade	Verificar se o RPPS realiza recadastramento anual dos aposentados e pensionistas, com a atualização de todos os dados cadastrais necessários para manutenção de base de dados adequada, e não apenas “prova de vida”.	Contas de Gestão do RPPS
2.5.43	Pagamento Indevido – medidas de controle	Art. 63 da Lei Federal 4.320/64	Auditoria Governamental de conformidade	Verificar se o RPPS adota medidas de controle para evitar o pagamento a beneficiários falecidos.	Contas de Gestão do RPPS

Os pontos de controle prioritários e complementares acima foram extraídos da Instrução Normativa TC nº 68, de 08 de dezembro de 2020 que “estabelece critérios para a composição, organização e apresentação da prestação de contas anual, prestação de contas mensal, remessas de dados, informações e demonstrativos sobre a execução orçamentária, financeira, patrimonial, gestão fiscal e previdenciária, por meio eletrônico, ao Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo e dá outras providências”.



Fiscalização e acompanhamento quanto ao cumprimento das metas do Plano Municipal de Educação (PME)

Em atendimento ao item 1.3 do Acórdão 00540/2019-1-Plenário, proferido nos autos do Processo nº 05960/2018-5, no âmbito do TCE-ES, a UCCI estabeleceu acompanhamento rotineiro das metas do Plano Municipal de Educação, haja vista o atendimento parcial das recomendações do controle interno, pela Secretaria Executiva de Educação.

2.2.1. Atividades de Auditoria – PAAI 2023

Todas as atividades de auditoria previstas para o exercício de 2023 foram concluídas pela equipe da UCCI. O relatório de conclusão do Plano Anual de Auditoria Interna está disponível no link <https://alegre-es.portaltp.com.br/consultas/documentos.aspx?id=734>

2.3. Elaboração do PAA e do PAAI 2024

Em cumprimento com a meta estabelecida para o exercício de 2023 o **Plano Anual de Atividades (PAA)** e o **Plano Anual de Auditoria Interna (PAAI)**, para o exercício de 2024, já foram confeccionados, bem como aprovados pelo Chefe do Poder Executivo, e se encontram disponíveis para consulta no Portal da Transparência da Prefeitura Municipal de Alegre.

Plano Anual de Atividades (PAA):

<https://alegre-es.portaltp.com.br/consultas/documentos.aspx?id=733>

Plano Anual de Auditoria Interna (PAAI):

<https://alegre-es.portaltp.com.br/consultas/documentos.aspx?id=99>

2.4. Atendimento às Demandas Advindas dos Órgãos de Controle Externo (2023)

Durante o exercício de 2023, a UCCI foi acionada a se manifestar e monitorar diversos procedimentos advindos de fiscalizações e recomendações dos Órgãos de Controle Externo, dentre os quais destacamos:

Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCE-ES)			
Órgão de Controle	Processo / Acórdão	Assunto	Medidas de Controle
TCE-ES	Processo PMA 2885/2023 (GED) Protocolo TC	Inconformidades nos dados do Sistema SICONFI x Painel de Controle - TCEES	Apoio ao controle externo no exercício de sua missão institucional (art. 74, IV, CF).



	05970/2023-1 SEGEX Secretaria-Geral de Controle Externo		<u>Recomendações ao Gestor:</u> Dessa forma, visando o atendimento das demandas do TCEES, recomenda-se a urgente retificação dos dados divergentes indicados no levantamento acima informado. Fixando prazo de 20 (vinte) dias para que seja comunicada a esta Unidade Central de Controle Interno a pretendida correção.
--	--	--	--

Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCE-ES)			
Órgão de Controle	Processo / Acórdão	Assunto	Medidas de Controle
TCE-ES	Processos PMA 3677/2022 (GED) e 5400/2023 (GED) Processos TCE-ES 04636/2022-2 e 2574/2023-7	Fiscalização do TCE-ES objetivando verificar as providências adotadas quanto à elaboração e aprovação legal do Plano de Mobilidade Urbana (PMU)	Apoio ao controle externo no exercício de sua missão institucional (art. 74, IV, CF). <u>Recomendações aos Gestores:</u> Em decorrência da fiscalização do TCE-ES, a UCCI instaurou dois procedimentos com o objetivo de orientar o Executivo Municipal sobre a necessidade de elaboração e aprovação do Plano Municipal de Mobilidade Urbana, seja por meio de lei ou outro instrumento normativo. Durante esses procedimentos, foram enviadas diversas recomendações para a adoção de providências, visando atender às exigências do artigo 24 da Lei nº 12.587/2012, assim como às orientações da Corte de Contas Estadual. No entanto, mesmo após ser exaustivamente alertado e cobrado por este órgão de controle, não foi apresentada qualquer sinalização sobre a efetiva elaboração do Plano Municipal de Mobilidade Urbana.



Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCE-ES)			
Órgão de Controle	Processo / Acórdão	Assunto	Medidas de Controle
TCE-ES	Processos PMA 5764/2023 (GED) e 7793/2023 (GED) Processos TCE-ES Fiscalização 18/2023-1 e 04986/2022-6	Fiscalização na modalidade de "acompanhamento", com o objetivo de acompanhar a sustentabilidade dos regimes próprios de previdência social municipais com graves desequilíbrios financeiro e atuarial	Apoio ao controle externo no exercício de sua missão institucional (art. 74, IV, CF). Recomendações aos Gestores: Em decorrência da fiscalização do TCE-ES, a UCCI instaurou dois procedimentos com o objetivo de orientar aos gestores quanto ao atendimento tempestivo das requisições.

Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCE-ES)			
Órgão de Controle	Processo / Acórdão	Assunto	Medidas de Controle
TCE-ES	Processos PMA 1638/2022 (Físico) e 8738/2023 (GED) Processos TCE-ES PCA IPASMA 2015, 2016, 2017, 2018, 2019, 2020, 2021 e 2022 PCA PMA 2017, 2018, 2019, 2020, 2021 e 2022	Procedimento Administrativo instaurado pela UCCI visando o atendimento e o monitoramento das decisões do TCE-ES. <u>Assunto na data da instauração do processo:</u> Recomposição ao RPPS dos valores das reservas consumidas indevidamente nos exercícios de 2015, 2016, 2017, 2018, 2019, 2020 e 2021. <u>Assunto na data da confecção deste relatório:</u> Recomposição ao RPPS dos valores das reservas consumidas indevidamente nos exercícios de 2022 (janeiro a novembro), 2023 (diferença anual) e 2024 (janeiro e fevereiro) / Interrupção do procedimento irregular de utilização dos recursos da alíquota suplementar para o pagamento de despesas previdenciárias.	Apoio ao controle externo no exercício de sua missão institucional (art. 74, IV, CF). Recomendações aos Gestores: Procedimento instaurado pela UCCI em data de 11/05/2022, visando o atendimento e o monitoramento das decisões do TCE-ES, que tratam sobre a recomposição ao RPPS dos valores das reservas consumidas indevidamente, nos termos do artigo 2º, §1º, da Lei nº 9.717/98. Notificações mensais ao Prefeito Municipal para providenciar: 1) a recomposição dos valores das reservas consumidas indevidamente nos exercícios; 2) a interrupção do procedimento de utilização dos recursos da alíquota suplementar para o pagamento de despesas previdenciárias;



			<p>3) o regular (mensal) repasse da insuficiência financeira do RPPS, de forma a evitar a responsabilização pessoal pelos encargos financeiros incidentes sobre a ausência de repasse.</p> <p>Resultados obtidos:</p> <ul style="list-style-type: none">- Parcelamento de débitos previdenciários referente a insuficiência financeira dos exercícios de 2015, 2016, 2017, 2018, 2019, 2020 e 2021 até o mês de outubro, no valor de R\$ 37.029.016,05 (Acordo CADPREV nº 00276/2022), celebrado de acordo com a EC nº 113/2021, e aprovado pela Lei Municipal nº 3.705/2022.- Ressarcimento dos débitos referente a insuficiência financeira de novembro/2021, dezembro/2021, dezembro/2022, janeiro a novembro/2023 e repasse dentro do mês de dezembro/2023.
--	--	--	--

Tribunal de Contas da União (TCU)			
Órgão de Controle	Processo / Acórdão	Assunto	Medidas de Controle
TCU	Processo PMA 2876/2023 (GED) TCU	Ocorrência de impropriedades na orçamentação dos itens do Pregão Eletrônico 024/2023 / Processo nº 1226/2023 / Convênio nº 937842/2022/MAPA.	Apoio ao controle externo no exercício de sua missão institucional (art. 74, IV, CF). Recomendações aos Gestores: Vale registrar que o Município já foi comunicado pelo TCU quanto a ocorrências irregulares nos procedimentos de formação de seus valores referenciais, assim como alertado por esta Unidade Central de Controle Interno. Desta forma, fazendo uso das atribuições que me foram conferidas por Lei, e na forma do art.



			<p>74, inciso IV, da Constituição Federal, NOTIFICO os gestores acima mencionados, para que, no prazo de 05 (cinco) dias, e no exercício da autotutela administrativa, procedam com a correção dos valores estimados dos itens licitados, porquanto foram obtidos única e exclusivamente mediante cotações junto a empresas.</p> <p>Evidentemente que no caso de anulação ou revogação, faz-se necessário a análise jurídica da Procuradoria Geral do Município</p>
--	--	--	---

Ministério Público do Estado do Espírito Santo (MP-ES)			
Órgão de Controle	Processo / Acórdão	Assunto	Medidas de Controle
MP-ES	Processo PMA 7020/2023 (GED) MP-ES 2023.0019.9091-90	OF/1ª PMAL/Nº 197/2023 NF MPES nº 2023.0019.9091-90.	Apoio ao controle externo no exercício de sua missão institucional (art. 74, IV, CF), analisando a Manifestação OUV2023118481. Não foram encontradas irregularidade, com encaminhamento tempestivo ao IRMP.

Ministério Público do Estado do Espírito Santo (MP-ES)			
Órgão de Controle	Processo / Acórdão	Assunto	Medidas de Controle
MP-ES	Processo PMA 6632/2023 (GED) MP-ES 2023.0019.9095-43	OF/1ª PMAL/Nº 194/2023 NF 2023.0019.9095-43 Pagamento de Horas Extras em desconformidade com a Notificação Recomendatória nº 05/2018	Apoio ao controle externo no exercício de sua missão institucional (art. 74, IV, CF). Recomendações aos Gestores: Nota Técnica nº 007/2023: Funcionamento do sistema biométrico de controle de frequência em todas as repartições municipais, incluindo autarquias, de forma que este instrumento de controle seja utilizado para comprovar o



		<p>desempenho individualizado de serviço extraordinário pelos servidores municipais.</p> <p>TAG N° 001/2023:</p> <p>a) O efetivo funcionamento do sistema biométrico de controle de frequência, fazendo-o cumprir adequadamente, adotando-o em todas as repartições municipais, incluindo autarquias, para controle de frequência efetivo de todos os agentes públicos que estão submetidos à fiscalização da jornada de trabalho;</p> <p>b) Que o sistema biométrico de controle de frequência seja utilizado para comprovar o desempenho individualizado de serviço extraordinário pelos servidores municipais, sob pena de serem reputados como indevidos os pagamentos de gratificação de serviços extraordinários em caso de descumprimento.</p>
--	--	---

2.5. Monitoramento de Determinações do TCE-ES (2023)

Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCE-ES)			
Órgão de Controle	Processo / Acórdão	Assunto	Medidas de Controle
TCE-ES	Processo PMA 8942/2023 (GED) PCA de Prefeito e Ordenador Exercício de 2020 Processos TCE-ES 02375/2021-1 e 02465/2021-9	PCA de Prefeito e Ordenador Exercício de 2020 Processos TCE-ES 02375/2021-1 e 02465/2021-9	Apoio ao controle externo no exercício de sua missão institucional (art. 74, IV, CF). Recomendações ao Gestor: Cientifica sobre as disposições do Parecer Prévio 00082/2023-9 - 2ª Câmara. Item 1.3: Quanto à referida determinação, destaca-se que, em 24/06/2022, o



		<p>Município formalizou um termo de acordo de parcelamento e confissão de débitos previdenciários (CADPREV nº 00276/2022) com o IPASMA, abrangendo a insuficiência financeira dos exercícios de 2015, 2016, 2017, 2018, 2019, 2020 a outubro de 2021, conforme previsto no art. 2º, §1º da Lei nº 9.717/98.</p> <p>Além disso, cumpre registrar que houve quitação dos débitos referentes à insuficiência financeira do RPPS dos períodos de novembro e dezembro de 2021, dezembro de 2022, janeiro a abril e setembro a outubro de 2023.</p> <p>Desta forma, recomendo a Vossa Excelência para que determine à Secretaria Executiva de Finanças e Planejamento (SEFIP), para que conste nos arquivos da PCA do exercício, informações atualizadas sobre a quitação dos débitos referentes à insuficiência do RPPS.</p> <p>Quanto aos demais itens:</p> <p>De outro lado, em razão dos indicativos apontados pela área técnica do TCE-ES, os quais visam orientar a atuação administrativa do jurisdicionado para evitar a repetição de irregularidade ou ilegalidade, venho cientificá-lo dos seguintes tópicos: (...)</p>
--	--	---

Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCE-ES)			
Órgão de Controle	Processo / Acórdão	Assunto	Medidas de Controle



TCE-ES	<p>Processo PMA 2852/2023 (GED)</p> <p>PCA de Prefeito e Ordenador Exercício de 2021</p> <p>Processos TCE-ES</p> <p>09222-2022-6 e 09223-2022-1</p>	<p>PCA de Prefeito e Ordenador Exercício de 2021</p> <p>Processos TCE-ES 09222- 2022-6 e 09223-2022-1</p>	<p>Apoio ao controle externo no exercício de sua missão institucional (art. 74, IV, CF).</p> <p><u>Recomendações ao Gestor:</u></p> <p>Inicialmente (Ofício nº 077/2023):</p> <p>Cientifica sobre as disposições do Relatório Técnico 00072/2023-5, chancelado pela Decisão SEGEX 00625/2023-7.</p> <p>Sendo assim, sirvo-me do presente para cientificá-lo do Termo de Citação 00084/2023-8, do qual Vossa Excelência, caso queira, nos termos dos arts. 126 e 358, inciso I do Regimento Interno do TCEES, poderá se pronunciar, no prazo improrrogável de até 30 (trinta) dias, sobre os indicativos de não conformidade identificados e apresentar suas razões de justificativa.</p> <p>Do mesmo modo, diante dos indicativos de alerta apontados pela área técnica da Corte Estadual de Contas, os quais visam reorientar a atuação administrativa do jurisdicionado para evitar a repetição de eventual irregularidade ou ilegalidade, venho cientificá-lo da necessidade de 6 itens.</p> <p>Após o Parecer Prévio 00101-2023-8 - 1ª Câmara (Ofício nº 211/2023):</p> <p>Nos termos do Parecer Prévio 00101/2023-8 - 1ª Câmara os Conselheiros do TCE-ES recomendaram ao Legislativo Municipal a aprovação com ressalvas da PCA de Prefeito de 2021 (Processo TC 09222/2022-6), assim como</p>
--------	---	---	--



		<p>consignaram os seguintes comandos: (...)</p> <p>Em relação à PCA de Ordenador de 2021 (Processo TC 09223/2022-1), verificou-se que, apesar da inexistência de Acórdão, a referida PCA está como "julgada" no site do TCE-ES.</p> <p>De qualquer forma, as propostas de encaminhamento da MT 00771/2023-1 (PCA de Ordenador de 2021 - Processo TC 09223/2022-1) estão englobadas nos comandos do Parecer Prévio 00101/2023-8 - 1ª Câmara.</p> <p>Ante o exposto, no uso das atribuições que me foram conferidas por Lei, e na forma do art. 74, inciso IV, da Constituição Federal, recomendo ao Exmo. Prefeito Municipal, Sr. Nemrod Emerick, a adoção das seguintes providências:</p> <p>1) Em relação ao item 1.4 que mantenha o pagamento tempestivo das parcelas devidas ao RPPS em decorrência dos parcelamentos previdenciários vigentes, e que determine à SEFIP para que seja encaminhando o resultado das medidas adotadas na próxima PCA (Março/2024);</p> <p>2) Em relação ao item 1.5 no exercício de 2022 o Município de Alegre aplicou R\$ 20.906.181,33 na manutenção e desenvolvimento do ensino (MDE), sendo que o mínimo exigido a ser aplicado era de R\$ 18.184.819,57, ocasionando um superávit de R\$ 2.721.361,76. Sendo</p>
--	--	--



		<p>assim, a diferença apontada pelo TCE-ES de R\$ 385.160,41 já foi devidamente complementada;</p> <p>3) Em relação aos itens 1.6, 1.7 e 1.8 que determine à SEFIP para que encaminhe os alertas à assessoria contábil para que adote ou oriente a adoção das medidas cabíveis, uma vez que tais itens já foram alvo de inúmeras recomendações desta UCCI;</p> <p>4) Por fim, quanto ao item 1.9 após recomendações desta UCCI a assessoria contábil nos informou no dia 28/08/2023 que "o processo de reconhecer a despesa com benefício de empregado está sendo realizado no município de Alegre a partir do final do exercício de 2022".</p>
--	--	---

Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCE-ES)			
Órgão de Controle	Processo / Acórdão	Assunto	Medidas de Controle
TCE-ES	Processo PMA 8283/2023 (GED)	PCA de Prefeito Exercício de 2022	Apoio ao controle externo no exercício de sua missão institucional (art. 74, IV, CF). <u>Recomendações ao Gestor:</u> Cientifica sobre as disposições dos Relatórios Técnicos 00301/2023-3 e 00348/2023-1, cancelados pela Decisão SEGEX 01772/2023-6 Sendo assim, sirvo-me do presente para cientificá-lo do Termo de Citação 00433/2023-6, do qual Vossa Excelência, caso queira, nos termos dos arts. 126 e 358, inciso I do Regimento Interno do TCEES, poderá se pronunciar, no prazo improrrogável de até 30
	PCA de Prefeito Exercício de 2022	Processo TCE-ES 04886-2023-1	
	Processo TCE-ES 04886-2023-1		



		<p>(trinta) dias, sobre os indicativos de não conformidade identificados e apresentar suas razões de justificativa.</p> <p>Do mesmo modo, diante dos indicativos de alerta apontados pela área técnica da Corte Estadual de Contas, os quais visam reorientar a atuação administrativa do jurisdicionado para evitar a repetição de eventual irregularidade ou ilegalidade, venho cientificá-lo da necessidade de:</p> <p>1) dar cumprimento ao art. 165, § 2º da Constituição da República, estabelecendo as metas e prioridades na Lei de Diretrizes Orçamentárias, em consonância com o Plano Plurianual, com vistas a direcionar a Lei Orçamentária Anual;</p> <p>2) aperfeiçoar o planejamento das peças orçamentárias, visando a atender aos princípios da gestão fiscal responsável (transparência, planejamento e manutenção do equilíbrio orçamentário financeiro), além de atentar para as exigências normativas para a execução e a ampliação sobre a concessão de benefícios fiscais;</p> <p>3) providenciar os meios necessários ao atendimento do art. 141 da Lei 14.133/2021, considerando-se que a partir de 2024 a nova lei de licitações será de aplicação obrigatória;</p> <p>4) promover a revisão dos instrumentos de planejamento orçamentário (PPA, LDO e LOA), com o objetivo de incluir programa específico destinado ao</p>
--	--	---



		<p>pagamento de despesas de caráter continuado com a execução do plano de amortização do déficit atuarial do RPPS, incorporando metas anuais para evolução do índice de cobertura das provisões matemáticas previdenciárias, de forma a viabilizar o acompanhamento de ativos e passivos previdenciários, em observância ao art. 165, § 1º, da Constituição Federal c/c o art. 17 da LRF;</p> <p>5) quando a elaboração dos instrumentos de planejamento orçamentário, bem como da abertura de créditos adicionais suplementares, se atentar para o disposto no art. 167, inciso II, da Constituição Federal, bem como no art. 42 da Lei nº 4.320/1964;</p> <p>6) quando da abertura de crédito adicional proveniente de excesso de arrecadação (Fontes: 001, 213) e para a abertura de crédito adicional proveniente do superávit financeiro (exercício anterior) (Fontes: 290, 311), se atentar ao disposto no art. 167, V CRFB/88, art. 43 da Lei 4.320/64 e parágrafo único do art. 8º da LRF;</p> <p>7) proceder com a interrupção imediata do procedimento de utilização dos recursos da alíquota suplementar para o pagamento de despesas previdenciárias, bem como de providenciar o regular (mensal) repasse da insuficiência financeira do RPPS, de forma a evitar responsabilização pessoal pelos encargos financeiros incidentes sobre a ausência de repasse.</p>
--	--	---



2.6. Tomada de Contas Especiais (TCE) e Procedimentos Administrativos Instaurados (2023)

Durante o exercício de 2023 não foram instauradas Tomadas de Contas Especiais, todavia foram diligentemente monitoradas aquelas iniciadas em exercícios anteriores cujo trânsito em julgado e/ou arquivamento ocorreram no supradito exercício, bem como as TCEs ainda não finalizadas, nos moldes da IN TC nº 32/2014, conforme tabela abaixo:

Processo PMA	Descrição do caso de dano apurado	Data de Instauração da TCE	Data de encaminhamento ao TCE-ES	Valor do Débito	Protocolo Processo no TCE-ES
7197/2019	Apurar a totalidade dos encargos financeiros incidentes sobre o recolhimento de contribuições previdenciárias em atraso, relativas ao exercício de 1999 a 2014, bem como a responsabilidade e o ressarcimento aos cofres do município, tendo em vista que tal despesa é considerada ilegítima e contrária à finalidade pública, impondo-se sua glosa, informando, ainda, a esta Corte de Contas sobre o resultado obtido. PCA dos exercícios de 2013 e 2014 da FAFIA Processos TC 2532/2014, 05958/2018-8 e 03439/2015-3	20/01/2020	15/06/2020 Obs.: Acórdão transitado em julgado em 25/01/2023. Tomada de Contas Especial arquivada em 01/02/2023.	Débito Principal: R\$ 2.234.025,46 Multa/Juros e Encargos: R\$ 2.007.647,54 Total do débito: R\$ 4.241.673,00 Obs.: Os valores corretamente atualizados encontram-se sob apuração, seguindo as diretrizes indicadas na Manifestação Técnica nº 01155/2021-1 emitida pelo TCE-ES.	Processo nº 04852/2020-8
311/2020	Apuração e quantificação do dano, bem como identificação dos responsáveis, devendo comunicar a instauração e encaminhar ao TCE nos prazos prescritos nos artigos 5º e 14 da Instrução Normativa TC nº 32/2014 (Item II do Voto) PCA do exercício de 2016, da FAFIA Processo TC 05514/2017-6	20/01/2020	15/06/2020 Obs.: Acórdão transitado em julgado em 17/03/2023. Tomada de Contas Especial arquivada em 19/04/2023.	Débito principal: R\$ 108.959,10 Multa/Juros e Encargos: R\$ 61.589,63 Total do débito: R\$ 170.548,73 Obs.: Os valores corretamente atualizados encontram-se sob apuração, seguindo as diretrizes indicadas na Manifestação Técnica nº 00547/2021-4	Processo nº 04777/2020-5



				emitida pelo TCE-ES	
4980/2020	Caracterização ou elisão do dano (art. 7º da IN nº 32/2014) provocado pelo pagamento de juros de mora e multas com perda patrimonial de R\$ 64.041,51 / Item II.2.2 do Acórdão 00776/2020-8 – 2ª Câmara	30/11/2020	04/03/2021	Débito Principal: R\$ 64.041,51 Multa/Juros e Encargos: R\$ 9.232,91 Total do débito: R\$ 73.274,42 Obs.: Os valores corretamente atualizados encontram-se sob apuração, seguindo as diretrizes indicadas na Manifestação Técnica nº 01052/2021-3 emitida pelo TCE-ES	Processo nº 00352/2021-5
4639/2020	Apuração dos valores relativos às contribuições suplementares não recolhidas em razão da suspensão parcial do plano de amortização imposto pela Lei 3.120/2010 e com os valores não recolhidos pela redução da alíquota previdenciária suplementar, apurando a responsabilidade pessoal do(s) responsável(is) pelo valor dos encargos financeiros incidentes sobre a ausência de repasse, bem como a apuração do valor incidente de multas e juros decorrentes de atrasos no recolhimento, da data do vencimento até a data do pagamento/parcelamento. PCA do exercício de 2017, das Contas de Governo. Processo TC 05474/2020-5	26/10/2020	05/05/2021 Obs.: Acórdão transitado em julgado em 03/02/2023. Tomada de Contas Especial arquivada em 20/03/2023.	Débito Principal: R\$ 8.086.565,41 Multa/Juros e Encargos: R\$ 5.473.416,20 Total do débito: R\$ 13.559.981,61 Obs.: Os valores corretamente atualizados encontram-se sob apuração, seguindo as diretrizes indicadas na Manifestação Técnica nº 02268/2021-1 emitida pelo TCE-ES	Processo nº 05474/2020-5
2844/2022	Apurar a responsabilidade pessoal de gestor pelos valores de encargos financeiros incidentes sobre a ausência de repasses para satisfação da insuficiência financeira referente ao exercício de 2015 PCA 2015 IPASMA Processo TC 10281/2016-3	24/06/2022	05/10/2022 Obs.: Acórdão transitado em julgado em 18/08/2023. Tomada de Contas Especial arquivada em 24/01/2024.	Débito Principal: R\$ 1.279.299,27 Multa/Juros e Encargos: R\$ 42.600,67 Total do Débito: R\$ 1.321.899,94	Processo nº 06607/2022-7



	Acórdão 00005/2021-7 - 1ª Câmara				
2845/2022	Apurar a responsabilidade pessoal de gestor pelos valores de encargos financeiros incidentes sobre a ausência de repasses para satisfação da insuficiência financeira referente ao exercício de 2016. PCA 2016 IPASMA Processo TC 09198/2017-1 Acórdão 01438/2020-6 - 1ª Câmara	24/06/2022	05/10/2022 Obs.: Acórdão transitado em julgado em 08/08/2023. Tomada de Contas Especial arquivada em 05/12/2023.	Débito Principal: R\$ 1.708.639,78 Multa/Juros e Encargos: R\$ 56.897,70 Total do Débito: R\$ 1.765.537,48	Processo nº 06628/2022-9
2846/2022	Apurar a responsabilidade pessoal de gestor pelos valores de encargos financeiros incidentes sobre a ausência de repasses para satisfação da insuficiência financeira referente ao exercício de 2017. PCA 2017 PREFEITO Processo TC 03825/2018-7 Parecer Prévio 00117-2019-1 - 1ª Câmara PCA 2017 IPASMA Processo TC 08975/2018-7 Acórdão 00963/2020-6 - 2ª Câmara	24/06/2022	22/09/2022 Obs.: Acórdão transitado em julgado em 07/11/2023. Tomada de Contas Especial arquivada em 06/12/2023.	Débito Principal: R\$ 1.176.778,48 Multa/Juros e Encargos: R\$ 33.773,54 Total do Débito: R\$ 1.210.552,02	Processo nº 06609/2022-6
2847/2022	Apurar a responsabilidade pessoal de gestor pelos valores de encargos financeiros incidentes sobre a ausência de repasses para satisfação da insuficiência financeira referente ao exercício de 2018 PCA 2018 PREFEITO Processo TC 08653/2019-1 Parecer Prévio 00025/2021-4 - 1ª Câmara PCA 2018 IPASMA Processo TC 14701/2019-1 Acórdão 01068/2021-4 - 1ª Câmara	24/06/2022	22/09/2022	Débito Principal: R\$ 2.928.791,11 Multa/Juros e Encargos: R\$ 84.056,30 Total do Débito: R\$ 3.012.847,41	Processo nº 06615/2022-1
2848/2022	Apurar a responsabilidade pessoal de gestor pelos valores de encargos financeiros incidentes sobre a ausência de repasses para satisfação da insuficiência financeira referente ao exercício de 2019. PCA 2019 PREFEITO	24/06/2022	22/09/2022 Obs.: Acórdão transitado em julgado em 03/05/2023. Tomada de Contas Especial arquivada	Débito Principal: R\$ 1.805.719,50 Multa/Juros e Encargos: R\$ 51.824,15 Total do Débito: R\$ 1.857.543,65	Processo nº 06625/2022-5



	Processo TC 02531/2020-4 Parecer Prévio 00034/2022-1 - 1ª Câmara PCA 2019 IPASMA Processo TC 05384/2020-6		em 12/01/2024.		
2877/2022	Apuração de eventual dano ao erário e responsabilidade pessoal de gestor pelos valores de encargos financeiros incidentes sobre o atraso nos repasses das contribuições previdenciárias e alíquota suplementar devidas ao RPPS durante os exercícios de 2019 e 2020. Processo TC 04588/2020-8 Acórdão 00505/2022-9 - 1ª Câmara	27/06/2022	26/12/2022 Obs.: Acórdão transitado em julgado em 16/02/2024.	Débito Principal: R\$ 178.962,37 Multa/Juros e Encargos: R\$ 39.136,99 Total do Débito: R\$ 237.198,68	Processo nº 05913/2022-9 e Processo nº 06944/2023-4 (Recurso de Reconsideração)
2850/2022	Apurar a responsabilidade pessoal de gestor pelos valores de encargos financeiros incidentes sobre a ausência de repasses para satisfação da insuficiência financeira referente ao exercício de 2020. PCA 2020 PREFEITO Processo TC 02375/2021-1 PCA 2020 IPASMA Processo TC 03920/2021-7	24/06/2022	22/09/2022 Obs.: Acórdão transitado em julgado em 05/12/2023. Tomada de Contas Especial arquivada em 17/01/2024.	Débito Principal: R\$ 1.180.601,44 Multa/Juros e Encargos: R\$ 33.883,26 Total do Débito: R\$ 1.214.484,70	Processo nº 06626/2022-1

2.7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ante o exposto, na forma como determina a Lei nº 3.582/2020, assim como as normas específicas do TCE-ES (Instrução Normativa nº 68/2020 e Resolução nº 227/2011), a Unidade Central de Controle Interno apresenta para apreciação desta Egrégia Corte de Contas do Estado do Espírito Santo o presente **RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO ÓRGÃO CENTRAL DE CONTROLE INTERNO – RELACI – 3.2.24 (PMA)**.

De acordo com os resultados apresentados neste relatório fica evidenciado que as atividades da UCCI, no exercício de 2023, foram pautadas pelo compromisso de agregar valor à gestão das diversas áreas da administração municipal, bem como pelo atendimento do PAA e do PAAI, atentando sempre para o cumprimento dos princípios que regem a atuação da administração pública (art. 37, CF).

Apesar dos fatos relevantes que impactaram as atividades da UCCI, percebe-se com clareza que cumprimos com as nossas atribuições e competências, ao assistir o Poder Executivo do



Município de Alegre na consecução de seus objetivos institucionais, ao propor melhorias na execução dos trabalhos nas diversas áreas, nos controles internos administrativos e ao sugerir soluções para as inconsistências detectadas, contribuindo, assim, de forma independente, objetiva e disciplinada, com o processo de governança.

Alegre/ES, 22 de março de 2024.

KASSIO VALADARES AMORIM
Controlador Geral do Município
Decreto Municipal nº 11.581/2020